

A evolução da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para entender a evolução da Administração Pública é imprescindível o exercício de resgatar entendimentos e modelos de Administração praticados até então: Modelos Patrimonialista, Burocrático e Gerencial.

O modelo de Administração Pública Patrimonialista foi àquele praticado até (1930), com características donde a extensão do poder era por vezes inquestionável, os interesses pessoais priorizados e o procedimento de distinção do que era público ou privado bastante prejudicado. Essa ocasião histórica favoreceu a centralização do poder, o privilégio das oligarquias, o nepotismo e a corrupção desenfreada.

Contraopondo-se ao modelo anterior, a Administração Pública com viés Burocrático, (1930 até 1985), teve o importante papel de combater os excessos do absolutismo, os privilégios escusos e os interesses individuais. Além disso, racionalizou e profissionalizou as ações do Estado, fomentando procedimentos organizacionais, que em síntese, repercutiram na criação de entidades (descentralização), na meritocracia e nas carreiras dos agentes públicos. Foi, ainda, o momento de criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (1937), responsável por aprofundar a reforma administrativa destinada a organizar e a racionalizar o serviço público no país e, do surgimento das primeiras regras sobre controles orçamentários, (Lei nº 4.320/1964) e a organização da Administração Federal e as diretrizes para a reforma administrativa do

estado brasileiro (Decreto- Lei nº 200/1967).

Após (1985), o modelo de Administração Pública Gerencial deu continuidade ao processo de modernização, exaltando a figura do cidadão (como cliente). Somando-se a isso, priorizou-se a autonomia administrativa, a definição clara das metas e dos objetivos institucionais, o foco nos resultados e não nos processos e procedimentos, a melhoria das entregas, o desempenho, o desenvolvimento tecnológico e os controles internos e externos.

Dessa maneira, é possível compreender que a evolução da Administração Pública acontece na medida em que as reformas administrativas são discutidas, votadas e aprovadas, passando a fazer parte do cotidiano social. Para que isso aconteça na conformidade esperada pela maioria dos brasileiros (estudiosos, intelectuais, políticos e governos) devem fomentar debates que favoreçam a sociedade e modernizem o Estado e os serviços oferecidos por ele.

Os trabalhos e os estudos visando maior eficiência, eficácia e efetividade administrativas devem ser permanentes e esses aperfeiçoamentos colocados à disposição do cidadão. Essa deve ser a busca incansável do poder público.

No próximo informativo daremos prosseguimento ao tema, explorando as reformas administrativas do Estado ocorridas ao longo do tempo.

Até mais.